



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000020-37.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
 Requerente: **PAULO CEZAR PORTO**
 Requerido: **VIVO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter feito a portabilidade de linha telefônica que mantinha com outra operadora há dez anos, com a garantia de que poderia contratar o acesso à internet também por intermédio da ré em condições favoráveis.

Alegou ainda que a linha telefônica chegou a ser instalada, mas nunca funcionou, e como se não bastasse foi informado que no bairro em que reside não haveria disponibilidade para a prestação dos serviços de acesso à internet.

Postula a restituição em dobro do valor que pagou à ré para evitar ser inserido perante órgãos de proteção ao crédito e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A ré não refutou especificamente em contestação os fatos articulados pelo autor.

Salientou, é certo, que não houve falha na prestação dos serviços a seu cargo e que em decorrência deles terem sido efetivamente prestados não faria jus o autor à restituição do montante pago como devida contraprestação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Todavia, em momento algum impugnou com precisão a alegação de que foi dada a garantia ao autor de que existiam condições para a instalação do acesso à internet no lugar em que reside, além de silenciar a propósito dos protocolos elencados a fls. 12/13.

É relevante registrar que a ré, instada especificamente para juntar as gravações dos contatos telefônicos mantidos entre as partes com a advertência de que se não o fizesse se presumiriam verdadeiros os relatos a propósito feitos pelo autor (fl. 233), permaneceu inerte (fl. 330), razão pela qual aquela conclusão é de rigor.

De outra banda, não é crível que o autor levasse a cabo a portabilidade de linha mantida há cerca de dez anos com outra operadora – sujeitando-se aos problemas naturalmente derivados dessa modificação – se não tivesse a certeza de que auferiria vantagem com o acesso à internet da maneira mais rápida.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros consistentes que apontassem para direção contrária, conduz à certeza de que os fatos trazidos à colação sucederam da forma como descrito pelo autor na petição inicial.

Em consequência, é inafastável que a ré lhe causou danos morais passíveis de reparação.

Ao levá-lo a firmar contrato diante de perspectivas que não se consumaram ato contínuo, é inegável que isso rendeu ensejo a abalo de vulto ao autor, máxime pela natureza dos serviços em apreço e da atividade laborativa desenvolvida pelo mesmo.

Qualquer pessoa mediana que estivesse no lugar do autor ficaria de igual modo afetada, patenteando-se a grave falha na prestação dos serviços por parte da ré.

Isso basta para a caracterização dos danos morais, afigurando-se a indenização postulada compatível com os critérios seguidos em hipóteses afins (condição econômica dos litigantes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado).

Já a restituição do montante pago pela autora (fls. 14/16) da mesma forma é pertinente, considerando que os serviços não foram prestados satisfatoriamente pela ré na forma anteriormente ajustada, mas ela não se dará em dobro.

A propósito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que “a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que a não terá aplicação a aludida regra.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade de qualquer débito relativo à linha telefônica nº (16) 3412-6817, bem como para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 7.240,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 20,56, acrescida de correção monetária, a partir de dezembro de 2013 (época do pagamento de fl. 16), e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fl. 20.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 23 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**